

A FAZENDA MODELO SAPUCAIA E O ENSINO AGRÍCOLA NO ESPÍRITO SANTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Bruno Santos Conde
E-mail: bruconde@gmail.com
Instituição: Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil

Submetido: 22/06/2021

Aprovado: 07/09/2021

Publicado: 27/04/2022

 10.20396/rho.v23i00.8666149

e-Location: e023006

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

CONDE, B. S. A fazenda modelo Sapucaia e o ensino agrícola no Espírito Santo da Primeira República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-20, 2023. DOI:

10.20396/rho.v23i00.8666149.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666149>. Acesso em: 27 abr. 2023.



Bruno Santos Conde*

Instituto Federal do Espírito Santo

RESUMO

O presente trabalho aborda a trajetória da fazenda modelo Sapucaia, no Espírito Santo, entre 1909 e 1912. Embora seu funcionamento tenha sido efêmero, o fato é que representa localmente a primeira ação concreta que visou à qualificação técnica de trabalhadores para a agricultura. Mais do que isso, tal fazenda se enquadra no movimento em defesa do ensino agrícola, crescente desde a segunda metade do século XIX em todo o Brasil. Este estudo se vale de publicações governamentais e do exame da imprensa do período, sempre em diálogo com a bibliografia pertinente. Ambiciona-se abordar as principais características dessa fazenda modelo, elucidando-se também aspectos como o contexto em que se enquadra, as concepções que lhe serviram de base, seu significado político, bem como suas limitações e adaptações enquanto local de instrução. Considerando que a instituição pretendeu oferecer um ensino pragmático, tendo como alvo o aprimoramento da atividade agrícola, coloca-se como tarefa examinar sua caracterização e funcionamento, de modo a compreender sua inserção na trajetória educacional capixaba.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino agrícola. Espírito Santo. História. Fazenda modelo Sapucaia.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



SAPUCAIA MODEL FARM AND AGRICULTURAL TEACHING IN ESPÍRITO SANTO OF THE FIRST REPUBLIC

Abstract

The present work approaches the trajectory of Sapucaia model farm, in Espírito Santo, between 1909 and 1912. Although its operation has been ephemeral, the fact is that it represents locally the first concrete action aimed at the technical qualification of workers for agriculture. Other than that, this farm is part of the movement in defense of agricultural education, expanding since the second half of the nineteenth century throughout Brazil. This study draws on government publications and an examination of newspapers from the period, always in dialogue with the relevant bibliography. The aim is to address the main characteristics of its operation, also elucidating aspects such as the context in which it fits, the conceptions that served as its basis, its political meaning, as well as its limitations and adaptations as a place of instruction. Considering that the institution intended to offer pragmatic teaching, aiming at the improvement of the agricultural activity, it is our task to examine its characterization and operation, in order to understand its insertion in the history of education in the state of Espírito Santo.

Keywords: Agricultural education. Espírito Santo. History. Sapucaia model farm.

HACIENDA MODELO SAPUCAIA Y ENSEÑANZA AGRÍCOLA EN ESPÍRITO SANTO DE LA PRIMERA REPÚBLICA

Resumen

El presente trabajo aborda la trayectoria de la hacienda modelo Sapucaia, en Espírito Santo, entre 1909 y 1912. Si bien su funcionamiento ha sido efímero, lo cierto es que representa localmente la primera acción concreta dirigida a la calificación técnica de los trabajadores para la agricultura. Más que eso, esta finca es parte del movimiento en defensa de la educación agrícola, creciendo desde la segunda mitad del siglo XIX en todo Brasil. Este estudio se basa en publicaciones gubernamentales y análisis de la prensa de la época, siempre en diálogo con la bibliografía pertinente. El objetivo es abordar las principales características de su funcionamiento, dilucidando también aspectos como el contexto en el que encaja, las concepciones que le sirvieron de base, su significado político, así como sus limitaciones y adaptaciones como lugar de instrucción. Considerando que la institución pretendía ofrecer una educación pragmática, con miras al perfeccionamiento de la actividad agrícola, esta investigación examina su caracterización y funcionamiento, con el fin de comprender su papel en la historia de la educación en el estado de Espírito Santo.

Palabras clave: Educación agrícola. Espírito Santo. Historia. Hacienda modelo Sapucaia.

INTRODUÇÃO

O ensino agrícola foi inaugurado no Brasil durante a segunda metade do século XIX, num contexto de importantes transformações. O processo de extinção da escravidão, intensificado a partir da proibição do tráfico negreiro, em 1850, impôs a necessidade dos grandes proprietários discutirem a crucial questão da mão de obra. (COSTA, 1982). Por outro lado, crescia o anseio desse mesmo grupo por qualificar técnicas e instrumentos agrícolas de modo a aumentar sua produtividade. Essas e outras demandas exigiam a qualificação do pessoal envolvido nas atividades rurais, resultando num grande movimento de apologia ao ensino agrícola¹ e de pressão junto ao Estado pela sua implementação entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

A transição do Império para a República em 1889 ampliara a participação das elites agrárias nos governos estaduais, colocando seus interesses em evidência ainda maior. (LEAL, 2012). No Espírito Santo, valendo-se da imprensa como principal canal de difusão, também surgiam, naquele contexto, articulações em defesa do ensino agrícola. Eram discussões e projetos com caráter muito utilitário, ensejados pelo próprio governo e por intelectuais, tendo como alvo não a resolução de problemas estruturais da escola rural, como o analfabetismo ou a falta de estrutura. O que estava em vista, na verdade, era a organização de um ensino pragmático, voltado para o atendimento de uma demanda da economia agrícola.

Optamos por examinar tal movimento a partir da análise de uma iniciativa ainda não tomada como objeto pela historiografia: a fazenda modelo Sapucaia, implantada em 1909 como primeiro empreendimento voltado para a difusão de conhecimento agrícola no Espírito Santo. Além da bibliografia pertinente, o presente trabalho se vale de documentos legais (decretos, leis e outros atos do governo) e de publicações da imprensa. Importa ressaltar que a bibliografia localmente produzida sobre a Primeira República não versa diretamente sobre a fazenda modelo ou o ensino agrícola, tornando inaugural a tarefa aqui empreendida. Cabe apontar também que este não é um estudo sobre a educação rural no Espírito Santo, mas sim um trabalho que examina o estabelecimento da fazenda modelo e as concepções de ensino agrícola então vigentes no cenário capixaba. Os dados discutidos foram levantados visando à pesquisa de doutoramento, ainda em curso, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-Ufes).

SOBRE O ENSINO AGRÍCOLA

Durante o século XIX, entre 1859 e 1861, o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, além de Institutos Agrícolas na Bahia, em Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro. (BEDIAGA, 2013). Entre as incumbências pretendidas com esse conjunto de instituições estavam fundar escolas agrícolas e produzir estudos para aperfeiçoamento da agricultura². Entretanto, a pasta foi extinta nos primeiros

anos da República, levando as pautas agrícolas para o novo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, de maneira a prejudicar a atenção estatal às demandas do setor.

A pressão de grupos de proprietários foi decisiva para a criação do novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, dando fôlego à expansão do ensino agrícola pelo país. (BHERING; MAIO, 2011; MENDONÇA, 1997). O anseio do ministério por assumir a dianteira do processo, que esteve nas mãos dos estados durante os primeiros anos da república, fica claro logo no Art. 2º do decreto de sua criação, no qual se determina estarem sob sua alçada todos os assuntos relativos ao “[...] ensino agrícola, estações agrônômicas, mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola.” (BRASIL, 1906).

Somente em 1910, entretanto, outro decreto regulamentou o ensino agrícola no país, significando, não um ponto de partida, mas sim a sistematização de distintas experiências regionais. Antes da organização proposta pelo governo federal, estados, municípios ou mesmo particulares implementaram iniciativas de ensino agrícola. O grande número de subdivisões elencadas pelo decreto revela justamente essa diversidade de projetos: ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; ensino prático; aprendizados agrícolas; ensino primário agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas etc. Indo além, o decreto também definiu as instalações complementares a tais estabelecimentos: estações experimentais; campos de experiência e demonstração; fazendas experimentais; estação de ensaio de máquinas agrícolas, dentre outros. (BRASIL, 1916).

Nota-se que o Espírito Santo, tal como outros estados, antecipou-se ao decreto que regulamentou o ensino agrícola ao inaugurar sua fazenda experimental em 1909. Para os governos locais, o que estava em jogo era o aprimoramento da atividade agrícola. Não que isso fosse uma novidade. Séculos anteriores já revelam essa preocupação em todo o país. Tal conjuntura nos remete, por exemplo, à tentativa de diversificação agrícola na era pombalina, além da fundação do Jardim Botânico e do Museu Nacional após a chegada da família real portuguesa em 1808. (DIAS, 1968; DOMINGUES, 1995). Ciência e agricultura se associaram no Brasil, numa tentativa de produzir um conhecimento pragmático, que servisse às atividades econômicas. (BHERING; MAIO, 2011). Tudo se intensificou, entretanto, a partir de outro processo decisivo do oitocentos: o fim da escravidão.

Ainda que a abolição tenha ocorrido em 1888, leis antecedentes, como a que proibiu o tráfico negreiro (1850) e a lei do ventre livre (1871), junto a fatores como a ação dos próprios cativos, a pressão internacional e os movimentos abolicionistas, tornavam o desfecho inevitável. Pela primeira vez, os proprietários precisavam se preocupar estruturalmente com a questão de mão de obra, outrora farta e sob controle legal. Além do iminente fim do cativo, aspectos como o esgotamento das terras cultiváveis em algumas regiões do país e o discurso de crise constante da agricultura propalado pelo setor agrário impuseram a necessidade de se organizar o setor produtivo e debater-se a agricultura nacional. (HENRIQUES, 2010).

Outro fator que precisa ser levado em conta é a Revolução Industrial e seu conjunto de transformações, que vinham alterando fortemente as estruturas produtivas mundiais desde o século XIX. (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Grande parte da elite agrária enxergou, nesses avanços, a possibilidade de expressão de seus anseios, transpondo para as lavouras brasileiras equipamentos recentemente inventados, novos tipos de fertilizantes, técnicas inovadoras etc. Tais mudanças, já implementadas noutros países, obrigaram a tomada de medidas para ampliar o poder de concorrência brasileiro, o que explica a participação dos governos em ações como o ensino agrícola, tido como fundamental para propiciar esses avanços.

Cumprindo observar que determinados seguimentos de proprietários de terras se organizaram então para pleitear políticas em prol do desenvolvimento da agricultura. Foi esse o caso da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1897, num contraponto à grande cafeicultura paulista, agregando uma elite poderosa, porém não atrelada ao ramo agroexportador. Valendo-se de estratégias como congressos, publicações em periódicos e pressão sobre atores políticos, a SNA possuía forte influência sobre o Ministério da Agricultura, inclusive pela indicação de ministros, sendo grande entusiasta do ensino agrícola. (MEIRA, 2012; MENDONÇA, 1997). Processo semelhante, guardadas as devidas proporções, ocorreu nos Estados Unidos (EUA), onde sociedades agrícolas pleitearam, a partir do século XVIII, a criação de instituições educacionais para os produtores rurais. (RASMUSSEN, 1989). Acrescentam-se ainda os *Land-Grant Colleges*, escolas superiores agrícolas norte-americanas, implantadas a partir de 1862, que serviram como inspiração para as iniciativas brasileiras de princípios do século XX. Alguns dos traços mais evidentes da experiência dos EUA, entretanto, como a extensão rural, avançariam somente mais tarde no Brasil, no contexto da Era Vargas. (MENDONÇA, 2010).

ENSINANDO A TRABALHAR

A fazenda modelo Sapucaia foi inaugurada em dezembro de 1909, situando-se em Cariacica, município vizinho à capital Vitória. (A INAUGURAÇÃO..., 1909, p. 01-03). Instrumentos legais antecedentes já haviam regulamentado a instalação de fazendas modelo em território capixaba, além de terem autorizado o estabelecimento de três campos de experiências para o ensino prático da agricultura moderna. (ESPÍRITO SANTO, 1908). Se São Paulo, com seu crescente número de estabelecimentos de ensino agrícola, servia como inspiração, há que se considerar também a visita do governador Jerônimo Monteiro à Fazenda Modelo da Gameleira, em Minas Gerais, ainda em 1908. (GONÇALVES; VERSIEUX, 2015; O FUTURO..., 1908). Não por acaso, o primeiro administrador da fazenda Sapucaia foi Agostinho Marciano de Oliveira, até então funcionário do governo de Minas Gerais. (ESPÍRITO SANTO, 1909b).

Segundo o decreto que definiu seu funcionamento, a fazenda modelo Sapucaia deveria se ocupar do ensino agrícola, além de funcionar como ponto de auxílio aos fazendeiros, seja por meio de demonstrações, assistência técnica ou do fornecimento de

equipamentos. Para cumprir este segundo papel, deveria possuir máquinas para plantio e beneficiamento, além de reprodutores de variadas espécies, sendo tais itens cedidos a preço de custo aos fazendeiros interessados. Do mesmo modo, funcionários da fazenda poderiam prestar assistência às propriedades vizinhas.

Como centro voltado ao ensino agrícola, a Fazenda Modelo Sapucaia receberia trabalhadores enviados por proprietários rurais, a fim serem instruídos de modo prático quanto a técnicas e manuseio de equipamentos. A instituição também ministraria instrução prática a jovens, a fim de habilitá-los para a profissão de mestre de cultura³. Os interessados numa dessas vagas deveriam ter mais de 18 anos de idade, além de uma conduta reconhecidamente moderada, recebendo alimentação, transporte e residência em caso de reconhecida pobreza. Após 10 meses de curso, os jovens seriam submetidos a um exame prático e oral sobre as atividades desenvolvidas na fazenda. (ESPÍRITO SANTO, 1909a).

O exame do noticiário local demonstra que, como unidade produtiva, a fazenda Sapucaia funcionava plenamente desde a inauguração. Dados da sua produção eram divulgados para defender as vantagens do uso do arado. (VANTAGENS..., 1910). Pouco tempo depois, um detalhado relatório explicitou os dados dos ensaios com aveia e trigo, numa clara tentativa de convencer produtores a investir nessas culturas. (CULTURA..., 1910). Entretanto, a atuação como instituição de instrução não caminhou na mesma velocidade, precisando adaptar o funcionamento.

Já transcorria o ano de 1910, quando ainda estava em escolha um local na fazenda para construção de um pavilhão destinado ao ensino. (INFORMES..., 1910d). No segundo semestre, as obras persistiam inacabadas, conforme mensagem do governador ao legislativo, referindo-se às futuras instalações como Aprendizado Agrícola com “[...] compartimentos apropriados para receber até trinta aprendizes, que se queiram dedicar à interessante carreira da agricultura.” (MONTEIRO, 1910). Os Aprendizados Agrícolas se enquadram no variado espectro de modalidades possíveis para o ensino da agricultura, possuindo São Paulo algumas unidades à época. (SILVA; MARQUES, 2014).

O decreto federal do ensino agrícola definia os Aprendizados como instituições de ensino exclusivamente prático, que formavam trabalhadores para “[...] os diversos serviços da propriedade rural [...]” em consonância com as “[...] modernas práticas agrônômicas [...]”, recebendo preferencialmente filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais. (BRASIL, 1916).

Como apontamos aqui, entretanto, as experiências estaduais de ensino agrícola não eram padronizadas. No caso do Espírito Santo, por exemplo, Sapucaia consistia numa fazenda experimental, planejada a fim de ter espaço físico para instrução prática e alojamento, mas com a especificidade de receber jovens órfãos em vez de filhos de agricultores.

O governador não associa o novo prédio ao fim assistencial, mas, num despacho, identifica que ao menos cinco órfãos já viviam na fazenda em 1910. (ESPÍRITO SANTO,

1910a). O noticiário local dava conta de que a construção serviria para dar morada a meninos pobres. Estava em foco o ensino a órfãos e desvalidos, conforme se observa na visita à fazenda de Antonio Athayde, diretor de agricultura, que assistiu à “[...] aula diurna dos órfãos.” (FAZENDA..., 1911, p. 02). Também Alcindo Guanabara (1911, p. 02), jornalista do Riode Janeiro, relatou, durante visita ao Espírito Santo, que na fazenda Sapucaia “[...] recolhem[-se] os rapazinhos desvalidos da cidade, que aprendem assim o amanho [cultivo] da terra [...]”. Num balanço de sua gestão, Monteiro (1912, p. 08) aponta que:

[...] junto à fazenda foi também fundado um aprendizado agrícola, que não cheguei a organizar, como desejava, mas já presta mesmo assim bons serviços. Nele são admitidos meninos pobres, que se instruem e se preparam, gratuitamente, para a nobre e interessante carreira da agricultura.

O relatório não associa a fazenda modelo Sapucaia à atuação orfanológica, embora haja claros indícios dessa função. Ao indicar que não organizou o Aprendizado conforme pretendido, Monteiro pode estar se referindo a aspectos materiais, mas é possível que também esteja se lamentando pelo caráter assistencial adquirido pela instituição. Longe de ser um fim menos nobre, diferencia-se, entretanto, dos planos iniciais. Em vez de moços interessados em habilitar-se para a profissão de mestre de cultura, a fazenda modelo passou a recrutar “[...] crianças pobres que viviam abandonadas a se viciarem nas tabernas e espeluncas [...]” (HOMENAGEM..., 1910, p. 01), fornecendo-lhes a partir de então “[...] proteção, ensino e trabalho.” (FAZENDA..., 1910, p. 01).

Estava consolidado localmente o papel de acolhimento de órfãos desempenhado pela fazenda. Paralelamente, as plantações estabelecidas demandavam braços. Com uma proposta de ensino exclusivamente prático, não seria surpresa se esses jovens fossem utilizados na lida diária, sob o pretexto de estarem sendo treinados. Foi isso que aconteceu em várias partes do Brasil, tendo servido os Aprendizados como verdadeiros viveiros de mão de obra, nos quais os fazendeiros de suas respectivas regiões recrutavam trabalhadores que desempenhassem tarefas sazonais. (MENDONÇA, 1999).

Outra face dessas instituições, observada por Mendonça (2006, p. 91), foi a “[...] intervenção junto a categorias sociais pouco vinculadas à agricultura, servindo como paliativo à questão social urbana [...]”. Isso também ocorreu no caso do Espírito Santo, uma vez que a fazenda Sapucaia havia sido pensada para atender ao setor produtivo, capacitando os trabalhadores estabelecidos no campo, mas passou a atuar também numa demanda claramente urbana: a assistência aos desvalidos. Havia também conveniência nessa mudança, posto que a estadia desses órfãos na fazenda lhes permitia gerar a própria subsistência com seu trabalho. Mais do que isso, a iniciativa retirava-os do meio urbano, das ruas, auxiliando no processo de reordenamento de Vitória em busca de uma imagem moderna para a capital, algo desejado pelas elites dirigentes de vários estados naquele momento.

Importa observar que o sentido econômico da fazenda Sapucaia não se perde com

essa transformação. Nem poderia ser desse modo, visto que sua gestão estava sob a alçada da Diretoria de Agricultura, Terras e Obras, e não da pasta de educação, como poderia supor-se⁴. Também no nível federal, cabia ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio cuidar do assunto, tendo inclusive repassado recursos ao estado para auxiliar na montagem da fazenda. (MONTEIRO, 1910). De qualquer maneira, ao acolher os órfãos, Sapucaia prestava um papel assistencial, ao mesmo tempo que preparava trabalhadores para o setor agrícola, produzindo, na visão de Oliveira (2003), braços disciplinados por verdadeiras escolas de trabalho. A questão é que esses jovens eram oriundos do meio urbano e recebiam ensinamentos numa fazenda situada bem perto de Vitória, ou seja, é provável que seus impactos na estrutura produtiva local não tenham sido expressivos.

Faltam informações sobre a organização pedagógica da instituição, se é que ela estava bem definida. Analisando o caso de São Paulo, Silva e Marques (2014, p. 85) identificaram que aquele era um problema de todo o país: “[...] não havia um sistema de ensino agrícola no estado de São Paulo, como no país, baseado em uma filosofia político-pedagógica direcionada especificamente para esse ensino.” A fazenda Sapucaia foi inaugurada sem estrutura física para funcionar como escola, tampouco tinha profissionais para tal. As aulas, que consistiam em demonstrações e atividades práticas, eram ministradas pelo próprio mestre de cultura, profissional cujo único requisito era conhecer “[...] a agricultura do país, os processos de cultura aratária e [tê-los] praticado habitualmente e com sucesso.” (ESPÍRITO SANTO, 1909a).

Havia a interpretação corrente de que a fazenda modelo deveria se diferenciar de escolas regulares, constituindo-se num estabelecimento voltado para as peculiaridades da vida no campo. Ainda que isso possa parecer louvável em um primeiro momento, trata-se, na verdade, da concepção segundo a qual a única alternativa à população rural deveria ser a formação prática para o trabalho agrícola. A fala proferida no debate legislativo sobre a fazenda modelo sintetiza essa perspectiva: “[...] ensinar a ler não basta, é indispensável ensinar a trabalhar.” (ESPÍRITO SANTO, 1917).

A atuação da fazenda modelo como centro de treinamento de funcionários enviados por proprietários rurais e de capacitação de rapazes para o manuseio de novas técnicas e máquinas agrícolas não se confirmou na prática. Além da pressão social exercida pela necessidade de cuidar dos desvalidos, algumas outras questões que serão abordadas à frente podem ter dificultado o acesso do público-alvo inicial. Por outro lado, as experimentações (novas culturas, uso de equipamentos importados, técnicas inovadoras), pretendidas desde a implantação da fazenda, ocorriam constantemente, atraindo diversos fazendeiros interessados em conhecer essas novidades.

A busca pelo que se chamava de agricultura moderna à época era uma verdadeira obsessão, assim como a diversificação agrícola. Não por acaso o café, produto principal e largamente cultivado, jamais foi mencionado nas experimentações da fazenda. O mesmo não se pode dizer de culturas como aveia, trigo, algodão e arroz. Assim, o Espírito Santo iniciou os esforços em prol dessa modernização por meio da difícil tarefa de tentar convencer os

proprietários, “[...] porquanto grande já é o espírito de desconfiança da classe agrícola quanto a inovações.” (TORRES FILHO, 1911, p. 01). Um anúncio publicado à época ilustra tal quadro:

A fazenda modelo Sapucaia já tem os campos preparados, pelo sistema moderno, para uma vasta plantação de arroz. Seria de alta conveniência que os lavradores espírito-santenses fossem àquele estabelecimento agrícola verificar de perto os novos processos de preparo do solo para aquela cultura, pois só assim se convenceria de seu grande resultado [...]. (ANÚNCIO, 1910, p. 02).

Ainda que a instrução de trabalhadores rurais, tal como estipulou o decreto, tenha sido relegada a um segundo plano, as demonstrações aos proprietários não deixam de ser uma iniciativa de ensino agrícola. Outras ações não formais de educação voltadas para os fazendeiros foram postas em prática. No ano seguinte à implantação da fazenda Sapucaia, por exemplo, mostras de trigo e aveia colhidos foram expostos em lojas de Vitória junto a cartazes explicativos dos métodos utilizados. (INFORMES..., 1910b, p. 03). A ideia era convencer o setor agrário acerca da viabilidade econômica dos experimentos.

O próprio jornal era um tido como meio de instrução, no qual se publicavam resultados de testes e divulgavam-se outros temas pertinentes à atividade agrária. Mantida pelo próprio governo como publicação oficial, a seção “Agricultura” era veiculada com grande frequência, “[...] destinada à publicação de assuntos agrícolas e de informações e dados que possam ter utilidade para os que se dedicam a essa importante carreira.” (MONTEIRO, 1912, p. 08). Numa sociedade em que grande parte da população não tinha acesso à educação formal, sendo o analfabetismo um problema crônico, o alcance das publicações era bem restrito em comparação aos dias atuais.

Projeto estratégico para a administração estadual, a fazenda modelo tinha acesso facilitado e incentivado. Além da proximidade à Vitória, estava às margens da ferrovia Vitória a Diamantina⁵, concedendo passagem férrea gratuita aos interessados em visitá-la. (INFORMES..., 1909, p. 03). Facilidades de pagamento eram atrativos para que os proprietários de terras adquirissem equipamentos semelhantes aos utilizados na fazenda, havendo alguns registros de aquisições nesse sentido. José Dutra, fazendeiro de Santa Leopoldina, adquiriu um arado reversível, tendo recebido, em sua propriedade, um funcionário da Sapucaia para instruí-lo quanto ao manejo. (INFORMES..., 1910a, p. 03). Também o fizeram Manoel Firme e Joaquim Rodrigues de Freitas, ambos de Cariacica. (INFORMES..., 1910c, p. 03).

Faltam, até o momento, fontes que permitam avaliar melhor a recepção dessas iniciativas pelos proprietários. Sabe-se, entretanto, que, entre 1909 e 1912, um total de 484 deles visitou a fazenda, sendo fornecidos 40 instrumentos agrários. (MONTEIRO, 1912). Algumas das impressões desses fazendeiros foram publicadas, porém, todas, sem exceção, eram elogiosas, o que nos faz pensar que havia uma filtragem das opiniões dissonantes. Por outro lado, alguns contrapontos interessantes também foram publicados, estando, entre

eles, um que afirmou, ironicamente, que “[...] a fazenda modelo é o ‘ai Jesus’, o ‘não me toque’ do Conde [...]”. (A VERDADE, 1910, p. 01), numa crítica aos altos investimentos do governo Jerônimo Monteiro destinados à fazenda Sapucaia.

A FAZENDA DE JERÔNIMO

A ironia citada acima está ligada às rivalidades do cotidiano político local, mas não se explica meramente por isso. O fato é que Jerônimo Monteiro governou o Espírito Santo entre 1908 e 1912, traduzindo uma simbiose que desperta atenção. Representante de importante família ligada à produção cafeeira do sul do estado, constituiu-se uma figura com bom trânsito também no meio urbano, tido como habilidoso negociador e fort homem de negócios. Definido como “coronel moderno”, era advogado formado em São Paulo, fazendo parte da geração de filhos de proprietários que se aproveitou do sucesso do café para estudar fora do estado. (RSTOLDO, 2008; VASCONCELLOS, 1995).

Foram significativas as transformações do cenário espiritosantense durante o governo de Monteiro, incluindo reforma educacional, incentivos econômicos, mudanças administrativas, além de obras de impacto. Estas, por sinal, possuíam uma função específica, tal como observa Saletto (2018, p. 70): “[...] as obras de urbanização e construção de novos e imponentes edifícios públicos reforçavam a ideia de modernização que Jerônimo procurava imprimir ao seu governo. Seriam novos tempos, e tempos de progresso.”

A fazenda modelo era um projeto que recebia atenção especial por parte de Jerônimo Monteiro. As estratégias para sua divulgação eram variadas. Ele próprio a visitava com frequência, assim como foi pessoalmente a Minas Gerais conhecer iniciativa semelhante do estado vizinho. Monteiro estava ciente do papel da imprensa para divulgação das ações governamentais e formação da opinião pública, o que o levou a convidar figuras relevantes de fora do estado para que visitassem e escrevessem sobre Sapucaia. Foi assim com Alcindo Guanabara, já citado aqui, e com a escritora Júlia Lopes de Almeida (1911, p. 02), que opinou sobre os processos usados na fazenda: “[...] parecem favorecer, pela sua lógica e seu tino, melhor que outros quaisquer, a aprendizagem das nossas populações agrárias, ainda muito ignorantes.”

Esses convidados publicaram suas impressões também em jornais de fora do estado, capitalizando politicamente o governador e, ao mesmo tempo, servindo para reforçar o anseio de apresentar à sociedade a imagem de um Espírito Santo em processo de modernização. São escritos que, embora sejam certamente influenciados pela peculiaridade de terem sido produzidos no contexto de visitas organizadas pelo próprio governo, ainda são reveladores desse movimento de divulgação arquitetado. Reforçando essa constatação, cartas de diferentes origens com elogios à fazenda eram publicadas, assim como os registros dos livros de visitas. (INFORMES..., 1910e, p. 02). Além disso, em ocasião da visita ao estado do então presidente Nilo Peçanha, o governador fez questão de que a fazenda modelo estivesse entre locais eleitos para recebê-lo. (DR. NILO..., 1910, p. 02-03). Articulando o

apoio de associações representativas do setor agrário, o governo também convidou membros da SNA para a inauguração da fazenda modelo, presenteando-os com fotografias e mostras de sua produção. (ESPÍRITO SANTO, 1910b).

Dois documentos, publicados em 1908 pelo próprio Jerônimo Monteiro, ajudam a compreender algumas de suas concepções sobre modernização e educação: o “Manifesto Político” e o “Manifesto Inaugural”. O primeiro foi redigido antes de sua candidatura e o segundo em ocasião do início de seu governo. Sabe-se que, entre planos e ações concretas, há um trajeto que nem sempre se cumpre conforme esperado. Entretanto, alguns aspectos evidenciados em seus escritos chamam atenção pela sua pertinência à análise.

Sobre as obras de melhoramentos da capital, Monteiro (1908a, p. 01) alega a necessidade de maior higiene, organização e comodidades para seus moradores. Além disso, exprime também ambições maiores, argumentando que tais intervenções “[...] farão refletir fora o nosso zelo e o nosso cuidado, permitindo aferir bem o grau de nossacivilização [...]”. Para Monteiro (1908b, p. 01), nessa busca por uma configuração moderna, a educação também cumpriria seu papel, formando as escolas “[...] os principais elementos do progresso e prosperidade do estado.” Tratava-se de uma visão comum no Brasil de então, que legava à educação o papel de civilizadora de um país que queria ser moderno e avançado, mesmo com as contradições e desigualdades inerentes à estrutura desigual constituída após séculos de escravidão, abolida não muito antes do período aqui enfocado.

No projeto educacional de Monteiro, entretanto, coexistiam distintos trajetos de escolarização, como bem observou Antonio H. Pinto (2018). Enquanto havia estabelecimentos com a perspectiva de letramento e preparação para o ensino superior, outras instituições deveriam dar conta da formação para o trabalho. É nesse contexto que se enquadra a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo⁶, em 1909, voltada para atender a demanda de mão de obra do setor industrial. Porém, não somente as indústrias estariam contempladas por essa formação técnica. Recorrendo novamente ao “Manifesto Político”, o trecho abaixo é de suma importância para compreensão de como a fazenda modelo se enquadra nesse processo:

Incumbe ao governo, pela fundação de escolas técnicas, que não ministrem só o ensino clássico, fazer desenvolver as qualidades práticas dos alunos, habilitando- os e preparando-os para empreender logo um trabalho produtivo no terreno industrial, mercantil e **agrícola**. (MONTEIRO, 1908b, p. 01, grifo nosso).

O plano era promover a expansão da formação técnica, de modo a inserir os alunos rapidamente no mercado de trabalho. Indústria, comércio e agricultura estariam contemplados por essa formação, que deveria, na concepção de Monteiro, diferenciar-se do ensino clássico. Para fortalecer sua tese, mostrou-se contrariado pelo alto número de estudantes que optavam por profissões liberais, apontando que “[...] cabe ao governo corrigir esse grave mal de consequências deploráveis em futuro não remoto.” (MONTEIRO, 1908b, p. 01).

Filho de cafeicultores e formado numa profissão liberal (advocacia) fora do Espírito Santo, Monteiro representa o paradoxo de uma elite que via, como única alternativa aos menos favorecidos, uma instrução que capacitasse para o trabalho manual, em contraposição aos postos intelectuais, ocupados por essa mesma elite. Para Vasconcellos (1995, p. 150), apesar de bem articulado e ciente das novas demandas de seu tempo, o então governador “[...] era o moderno que surgia do velho [...]. Suas raízes continuam fincadas num imaginário marcado pela exclusão popular, da certeza da incapacidade política das massas.”

O que estava em questão na queixa de Monteiro quanto ao desejo de muitos jovens de seguir profissões liberais era a manutenção do dualismo educacional brasileiro. Para as elites, a oferta de um ensino intelectualizado, que “classifica” socialmente. Já para as camadas populares uma formação mais simples, pragmática e voltada à sua rápida inserção no mercado de trabalho, de modo a atender interesses econômicos hegemônicos. (ARANHA, 1989; GHIRALDELLI JUNIOR, 2000). O medo do excesso de profissionais liberais está ligado, portanto, ao receio da falta de mão de obra técnica e braçal para as atividades econômicas. No tempo da escravidão, essa preocupação não tinha tanto espaço, visto que havia trabalhadores em fartura, numa imobilidade própria do cativo. Mas os tempos eram outros.

A instalação da fazenda modelo se enquadra, portanto, em um movimento maior. A ideia era, também na área agrícola, montar uma escola especial, que se afastasse do “ensino clássico” e preparasse os jovens para atuação num setor “[...] onde está travada a luta pela expansão econômica.” (MONTEIRO, 1908b, p. 01). A ambição por um Espírito Santo moderno passava também pelo campo, com os equipamentos importados e as práticas inovadoras adotadas na fazenda Sapucaia, pensada para ser símbolo de um estado em progresso. Mais do que atender demandas urbanas e dos setores comercial e industrial, o governador acenava também para o ramo agrário, importante base de apoio para sua ascensão política.

Outro aspecto da fazenda modelo Sapucaia que chama a atenção é a relação entre a sua criação e o aguçamento dos debates sobre o ensino agrícola no âmbito local. O próprio governo estadual parecia interessado nessas discussões, visto que, muitas vezes, inseria-as entre as publicações oficiais. Salta aos olhos, nesse sentido, a defesa da educação agrícola como destino “natural” para agricultores e seus filhos. Carlos Duarte (1909, p. 02), por exemplo, defende o ensino agrônomico de nível superior, mas para um grupo específico:

[...] é ao homem inteligente que cabe, empregando seus conhecimentos científicos, erguer a lavoura da apatia em que profundamente ela dormita [...]. Não esperemos que o homem rústico reforme e reerga a nossa agricultura; não, porque esse só emprega no trabalho sua força animal.

Em princípios do século XX, o homem inteligente da concepção de Duarte certamente não pertencia às classes menos favorecidas. Por outro lado, o homem rústico seria o lavrador, denominado genericamente como homem do campo, que deveria ser objeto

de um ensino agrícola elementar e prático. Tidos como capazes de contribuir para a agricultura somente por meio de sua “força animal”, a população rural, muitas vezes, era responsabilizada por problemas da agricultura. (MENDONÇA, 2006). Vemos isso localmente num texto que aborda as vastidões de terras degradadas no Espírito Santo, atribuindo o problema a “[...] velhos processos de rotina e superstição agrícola [...]” dos trabalhadores rurais. (PROENÇA, 1920, p. 01). Do mesmo modo, ao defender o ensino agrícola para esses grupos, Olavo Rego (1929, p. 01) aponta que “[...] sua ignorância leva ao insucesso da técnica.” O trecho abaixo também é esclarecedor:

Se é verdade que ele [o trabalhador rural] não carece de conhecimentos profundos, também não é menos verdade que muito teria a aproveitar a lavourase o trabalhador rural tivesse consciência da sua função econômica, e das principais relações e princípios elementares da agricultura moderna. (ROZENDO FILHO, 1916, p. 01).

Acreditava-se, portanto, que a tomada de consciência de sua função econômica, associada a um ensino agrícola pragmático, levaria à mudança de vida dos trabalhadores rurais. Entretanto, o fato é que essa idealização do trabalho agrícola, conveniente para as elites agrárias e legitimada pela intelectualidade urbana da época, somente faria sentido para a população rural, se acompanhada de transformações em suas condições de trabalho, remuneração etc. Para Mendonça (2005, p. 06), esses preceitos parecem conceber “[...] que a presença do Estado junto a esse contingente de mão de obra só seria viável a partir de ajustes entre os grupos no poder e jamais através daqueles que viriam a ser seus objetos.” Num ambiente desigual como a zona rural brasileira, o que os trabalhadores desejavam muitas vezes era justamente migrar daquela realidade, algo que proprietários, governos e população urbana viam como problema concreto.

No contexto desses debates, as críticas também tiveram lugar na imprensa local. Mesmo se revestindo de disputas políticas, novamente nos atentaremos aqui aos indícios passíveis de análise objetiva. Numa crítica à fazenda modelo, por exemplo, o editor acaba confirmando o caráter avançado de seus equipamentos: “[...] a nova fazenda do Estado, sem colonos, nacionais ou estrangeiros (porque ali não funciona o braço humano e sim o maquinismo aperfeiçoado e moderno) vai custando mensalmente cerca de 4:000\$000 [...]”. (VASCONCELLOS, 1910, p. 01).

Deficiências da fazenda também foram identificadas nessas publicações, conforme questionamentos como: “[...] o que lucra o lavrador em conhecer esta fazenda, se ele não tem dinheiro para comprar arados e outros instrumentos [...]”. (BENEFÍCIOS..., 1910, p. 01). Isso foi reforçado noutra edição, que apontou: “[...] o lavrador vê e aprende a lavar pelos processos modernos, [...] e volta para casa a cavar a terra como d’antes.” (A VERDADE, 1910, p. 01). De fato, as demonstrações eram aspecto central da fazenda Sapucaia, entretanto, se os produtores não conseguissem adquirir os equipamentos, parte desse esforço seria em vão. Também é verdade que o governo ofereceu parcelamento sem juros para sua aquisição, mas, ao que parece, nem sempre isso foi suficiente.

A clara associação que se fazia à época entre a fazenda modelo Sapucaia e a figura de Jerônimo Monteiro foi reforçada pelo rápido e acentuado declínio do projeto após o fim de sua gestão, em 1912. Ciente das críticas quanto aos gastos com o local, afirmou, ao deixar o governo: “[...] é uma despesa insignificante, repito, em face dos grandes resultados indiretos que pode ela proporcionar à nossa riqueza comum.” (MONTEIRO, 1912, p. 08). Seu sucessor, Marcondes Alves de Souza, mesmo eleito com apoio de Jerônimo, descontinuou seu funcionamento, argumentando se tratar de “[...] uma fonte de despesa sem as compensações que o governo esperava.” (ESPÍRITO SANTO, 1916, p. 27).

O local continuava abrigando jovens em estado de pobreza, ao passo que persistia distante de seu objetivo inicial de formar levadas de lavradores. As demonstrações, atividades mais marcantes de seu funcionamento, cessaram. Como prova de seu rápido declínio, em 1916 só havia um funcionário em suas dependências. Após a tentativa frustrada de arrendá-la, o mesmo Marcondes Alves de Souza indicou que o Ministério da Agricultura comprometera-se a assumir sua administração, o que nunca ocorreu. (ESPÍRITO SANTO, 1916, p. 29).

CONCLUSÕES

Constatamos que as discussões sobre o ensino agrícola se expandiram entre a segunda metade do século XIX e o início da república. No Espírito Santo, ainda que o tema pairasse desde o império, notou-se uma clara expansão desses debates durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Eleito a partir de apoios oriundos de setores urbanos e agrícolas, Monteiro fez questão de ensinar esse aguçamento de ideias. Entretanto, deu um passo importante para além da teoria ao montar a fazenda modelo Sapucaia com o plano de qualificar mão de obra para a atividade agrícola por meio de um ensino prático. Pretendia-se receber lavradores e seus funcionários, além de indivíduos interessados em seguir a carreira agrícola.

O anseio modernizador que esteve presente na gênese da fazenda modelo Sapucaia materializou-se na organização eficiente de seus processos produtivos e na utilização de instrumentos avançados para a época. Na busca por um Espírito Santo moderno, conforme os preceitos republicanos, as elites dirigentes e intelectuais das cidades tomaram para si a tarefa de pensar o modo como a educação deveria se organizar. Assim, para os habitantes do meio rural, excetuando-se aqueles que tinham condições de deixar tal realidade e optar por outras carreiras, deveria ser ofertada a formação prática na área agrícola. A fazenda deveria inaugurar uma experiência a ser expandida para diferentes regiões do estado, mas não funcionou conforme planejamento inicial.

A fazenda modelo Sapucaia esteve entre os principais projetos do governo de Jerônimo Monteiro, que lançou mão de variadas estratégias para sua divulgação. Reforçando a separação entre trabalho intelectual e manual, legou sua gestão não ao órgão de instrução, mas sim à diretoria de agricultura. O conhecimento teórico ou reflexivo não era visto como

necessário, sendo até mesmo considerado prejudicial, na medida em que poderia afastar os indivíduos do mundo rural. A ideia era justamente o contrário disso, posto que estava entre seus objetivos imobilizar essa população no campo. Se a baixa mobilidade desse público estava consolidada no tempo da escravidão, o contexto republicano gerou a necessidade de ressignificá-la.

Na prática, a fazenda serviu como abrigo de órfãos e como centro para demonstrações de novas culturas e técnicas a fazendeiros. Erguido para resolver a suposta falta de mão de obra qualificada para o campo, o local passou a atender a demanda da orfanidade, de caráter claramente urbano. Sapucaia, a despeito dos investimentos destinados pelo governo, teve alcance efêmero e limitado. Com o fim da gestão de Monteiro, seu idealizador, a fazenda logo deixou de funcionar. Envoltos num leque de dualismos (trabalho intelectual e manual; escola do campo e da cidade; ensino clássico e prático), foi planejada para se distinguir das escolas regulares. Diferenciou-se tanto que pouco conseguiu ensinar.

Apesar dos discursos embasados em preceitos das ciências agrárias e na justificativa de atualização tecnológica produtiva, a característica assistencialista da fazenda modelo sobressai, operando primordialmente no controle social sobre os educandos. Tratava-se de uma instrução de baixa qualidade, ministrada em espaços com condições precárias, que instrumentalizava sujeitos já diferenciados pela desigual sociedade brasileira. Mais tarde, outros empreendimentos foram criados no Espírito Santo para atender a demanda do ensino agrícola, tais como o Patronato e a Escola prática de Agricultura nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente. Elas compõem, junto à fazenda Sapucaia, a história desse ramo de ensino em território capixaba. Cabe à historiografia avançar no estudo da temática, desvendando objetos ou problemas de caráter histórico-social que contribuam para a reflexão acerca da trajetória das políticas educacionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- A INAUGURAÇÃO da fazenda modelo e a colação de grau na escola normal. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 3, n. 306, p. 01-03, dez. 1909. Disponível em: <https://bityli.com/5IP6O>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- A VERDADE. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano 29, n. 157, p. 01, jul. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/4nctey5p>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ALMEIDA, J. L. A fazenda modelo Sapucaia no Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 244, p. 2, set. 1911. Disponível em: <https://tinyurl.com/38bvk5c6>. Acesso em: 19 maio 2021.
- ANÚNCIO. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 5, n. 250, p. 02, set. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/49zec5v5>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- ARANHA, M. L. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BEDIAGA, B. Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 169-195, abr. 2013. Disponível em: <https://bityli.com/fXyY9>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BENEFÍCIOS à lavoura!? **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano 29, n. 151, p. 01, 23 jul. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n6fund3>. Acesso em: 21 maio 2021.

BHERING, M.; MAIO, M. C. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, indústria e comércio na Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 689-709, dez. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/2DbqW>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906**. Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <https://bityli.com/EpGgt>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910**. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <https://bityli.com/TsSMR>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CAPDEVILLE, G. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-261, set./dez. 1991. Disponível em: <https://bityli.com/RCQoV>. Acesso em: 07 maio 2020.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, E. V. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Global, 1982.

CULTURA do trigo e da aveia. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 52, p. 01, fev. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdadjeb3>. Acesso em: 04 maio 2021.

DIAS, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan./mar. 1968. Disponível em: <https://bityli.com/uwP81>. Acesso em: 09 jan. 2021.

DOMINGUES, H. M. B. **Ciência, um caso de política**: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DR. NILO P. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 171, p. 01-02, jun. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/2nz2pmap>. Acesso em: 11 maio 2021.

DUARTE, C. Escola agrônômica de Piracicaba. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 3, n. 84, p. 2, 23 abr. 1909. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4ytj9a4>. Acesso em: 07 maio 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo. 29ª sessão ordinária em 23 de novembro de 1917. Vitória, 1917. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 12, n. 84, p. 1, nov. 1917. Disponível em: <https://tinyurl.com/m5sr44zn>. Acesso em: 12 maio 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 375, de 19 de junho de 1909**. Vitória, 1909a. Disponível em: <https://bityli.com/8afSb>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 381, de 03 de julho de 1909**. Vitória, 1909b. Disponível em: <https://bityli.com/8afSb>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 547, de 23 de novembro de 1908**. Vitória, 1908. Disponível em: <https://bityli.com/8afSb>. Acesso em: 26 nov. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 23 de maio de 1910. Vitória, 1910a. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 135, p. 2, maio 1910a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yrd5abmx>. Acesso em: 19 maio 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 19 de março de 1910. Vitória, 1910. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 77, p. 02, mar. 1910b. Disponível em <https://tinyurl.com/yjet2mjv>. Acesso em: 11 maio 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório sobre os negócios do estado no período governamental de 1912 a 1916 apresentado ao colégio legislativo do estado no dia 22 de maio de 1916 pelo Exmo. Sr. coronel Marcondes Alves de Souza**. 2016. Disponível em: <https://bityli.com/wkfnm>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FAZENDA modelo Sapucaia. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 134, p. 02, maio 1911. Disponível em <https://tinyurl.com/46ztvds5>. Acesso em: 19 maio 2021.

FAZENDA modelo. **Comércio do Espírito Santo**, Vitória, ano 20, n. 109, p. 01, maio 1910. Disponível em <https://tinyurl.com/yc7zyj72>. Acesso em: 11 maio 2021.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, I. A.; VERSIEUX, D. P. Escrevendo por sobre a terra: as fazendas-modelo em minas gerais (1906-1915). **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 201-222, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/61VB5>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GUANABARA, A. O novo estado do Espírito Santo. Notas de viagem. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 252, p. 2, 17 set. 1911. Disponível em: <https://bityli.com/woxEv>. Acesso em: 11 fev. 2021.

HENRIQUES, A. B. **A cultura rotineira e a lavoura racional**: proposições na revista agrícola (São Paulo, 1895-1907). 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/VExJL>. Acesso em: 04 fev. 2021.

HOMENAGEM do Comércio ao Exmo Snr. Dr. Nilo Peçanha e seu digno auxiliar. **Comércio do Espírito Santo**, Vitória, ano 20, n. 140, p. 01, 27 jun. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/j68j7dtc>. Acesso em: 19 maio 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 3, n. 309, p. 02, 09 dez. 1909. Disponível em; <https://tinyurl.com/57cbnh8s>. Acesso em: 11 maio 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 120, p. 03, 07 maio 1910c. Disponível em: <https://bityli.com/i9Vd6>. Acesso em: 21 abr. 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 132, p. 02, 20 maio 1910d. Disponível em: <https://bityli.com/1CLku>. Acesso em: 09 abr. 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 292, p. 02, 31 out. 1910e. Disponível em: <https://bityli.com/4rO8v>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 67, p. 03, 11 mar. 1910a. Disponível em: <https://tinyurl.com/4ykt7kym>. Acesso em: 12 abr. 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 85, p. 03, 31 mar. 1910b. Disponível em: <https://tinyurl.com/3w59fjvv>. Acesso em: 11 maio 2021.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MEIRA, R. B. Reclamos da lavoura: a definição do programa de prioridades da indústria sacarina no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura. **História**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.338-357, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bityli.com/WFwBc>. Acesso em: 22 maio 2021.

MENDONÇA, S. R. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Estud. Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <https://bityli.com/4RF2U>. Acesso em: 14 set. 2020.

MENDONÇA, S. R. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

MENDONÇA, S. R. Ensino Agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 139-165, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/3xfu96s2>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MENDONÇA, S. R. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://bityli.com/ZPCjU>. Acesso em: 18 maio 2021.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTEIRO, J. Manifesto Inaugural. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 1, n. 234, p. 01, jun. 1908a. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uyft927>. Acesso em: 18 maio 2021.

MONTEIRO, J. Manifesto Político. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 1, n. 122, p. 1, jan. 1908b. Disponível em: <https://tinyurl.com/2et99vem>. Acesso em: 18 maio 2021.

MONTEIRO, J. Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado, ao congresso do E. Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 5, n. 256, p. 1-4, set. 1910. Disponível em:

<https://tinyurl.com/dv6ffeks>. Acesso em: 17 maio 2021.

MONTEIRO, J. Relatório apresentado pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro ao congresso legislativo em 23 de maio de 1912. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 166, p. 3-10, jun. 1912. Disponível em: <https://tinyurl.com/yuppxzdx>. Acesso em: 19 maio 2021.

O FUTURO e o actual presidente. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 1, n. 213, p. 01, maio 1908. Disponível em: <https://tinyurl.com/4v8mpyjx>. Acesso em: 11 maio 2021.

OLIVEIRA, M. R. P. **Formar cidadãos úteis**: patronatos agrícolas e infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003.

OLIVER, G. S. **O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950**: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional. 2005. 326f. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/53r6nt8k>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PINTO, A. H. A formação de trabalhadores no Espírito Santo no contexto republicano (1910-1942). In: SIMÕES, R. H. S. *et al* (org.). **Temas da história e historiografia da educação no Espírito Santo**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018.

PROENÇA, L. O ensino agrícola. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 14, n. 218, p. 1, maio 1920. Disponível em: <https://tinyurl.com/28z5br6n>. Acesso em: 19 maio 2021.

RASMUSSEN, W. D. **Taking the university t the people**: seventy-five years of Cooperative Extension. Ames: Iowa State University, 1989.

REGO, O. O ensino agrícola nas escolas rurais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 22, n. 2020, p. 1, maio 1929. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc82wrhe>. Acesso em: 11 maio 2021.

ROSTOLDO, J. P. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. 2008. 210f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001788029>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ROZENDO FILHO. Sobre o ensino agrícola, II. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 11, n. 48, p. 1, out. 1916. Disponível em: <https://tinyurl.com/2byhckhe>. Acesso em: 19 maio 2021.

SALETTTO, N. **Sobre política capixaba na primeira República**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

SILVA, M. L.; MARQUES, W. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de agropecuária no Estado de São Paulo: a história política de transição por decretos de 1882 a 2001. **Política e Gestão Educacional**, n. 16, p. 81-104, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/ry4sC>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TORRES FILHO, A. Campos de demonstração e campos de experiência. A orientação a seguir-se. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 240, p. 1, set. 1911. Disponível em: <https://tinyurl.com/2h9cj47c>. Acesso em: 21 maio 2021.

VANTAGENS do arado. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 33, p. 01, fev. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/3y5tdvd5>. Acesso em: 11 maio 2021.

VASCONCELLOS, J. C. Manifesto político ao eleitorado espírito-santense, em geral, eaos habitantes deste estado. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano 28, n. 01, p. 01, jan. 1910. Disponível em: <https://tinyurl.com/3z7deaz9>. Acesso em: 19 maio 2021.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

AUTORIA:

* Mestrado em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. Contato: bruconde@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

CONDE, B. S. A fazenda modelo Sapucaia e o ensino agrícola no Espírito Santo da Primeira República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-20, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8666149. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666149>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Notas

¹ O ensino agrícola surgiu no Brasil voltado exclusivamente para o nível superior, ainda no século XIX. Ainda no fim daquele século, entretanto, começaram a ser empreendidas iniciativas para capacitar trabalhadores também em nível técnico e elementar, com caráter predominantemente prático

² Também é verdade que muitas dessas iniciativas pioneiras não lograram êxito, formando poucos profissionais ou mesmo sendo extintas por distintos fatores. (CAPDEVILLE, 1991). Para um histórico de algumas das mais antigas escolas de agricultura, ainda no século XIX, ver OLIVER, 2005.

³ Um mestre de cultura deveria deter conhecimento prático dos diferentes processos necessários ao funcionamento da propriedade agrícola, sendo capaz também de cuidar da parte administrativa, realizar contratações e pagamentos, além de efetuar os devidos registros.

⁴ Também noutros estados, muitas das iniciativas de ensino agrícola estiveram sob administração de órgãos agrícolas. (SILVA; MARQUES, 2014).

⁵ Atual estrada de ferro Vitória a Minas Gerais, com modificações em seu trajeto.

⁶ A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo foi posteriormente transformada em Escola Técnica de Vitória, recebendo ainda outras denominações antes de passar a integrar a rede do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) a partir de 2008.